

Ata da 139ª Reunião do CEPHA,  
realizada em 30/03/2010.

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dez, às 16:00 horas, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em sua centésima trigésima nona reunião, sala de reuniões do pavimento térreo da SEEC, situada à Rua Emano Pereira, 240. Presentes à reunião a Sra. Secretária de Estado da Cultura e Presidente deste Conselho, Vera Maria Haj Mussi Augusto, e os seguintes conselheiros: José da Pastina Filho, Ana Cláudia Graf, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, João Lasello, Eduardo Salamuni, Rogério Luiz Tonetti, Sérgio Luiz Coroloni, Tereza Urban, Paulo Sidnei Ferraz e João Batista Campos. Justificaram a ausência os conselheiros, Oldemar Blasi, João José Bigarella, Luiz Alberto Kleina. Foram convidados a participar da reunião o Senhor Secretário de Estado de Obras Públicas, Júlio César de Souza Araújo Filho; o arquiteto Edson Klotz, a arquiteta Heila Levandoski e o engenheiro civil Zenon Silva Neto, da SEOP; os arquitetos e professores dos cursos de arquitetura da PUC, Cláudio Forte Maiolino e da Universidade Positivo, Maria da Graça Rodrigues Santos e a presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Paraná, Ana Larmen. A Secretária de Estado da Cultura, Professora Vera Maria Haj Mussi Augusto, deu início à reunião, passando a leitura e discussão da ata anterior, a qual foi aprovada por todos os presentes. Na sequência, passou-se ao primeiro assunto da pauta, apresentação do projeto de intervenção do Palácio Iguazu, em Curitiba. O Secretário de Obras, Júlio César de Souza Araújo Filho fez uso da palavra para relatar um breve histórico da intervenção que se realiza no edifício do Palácio Iguazu. Enfatizou a necessidade de obras de atualização da infra-estrutura, ainda a original e com muitas ampliações e emendas o que

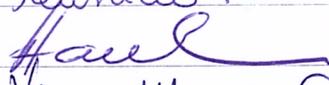
colocava em risco a segurança do edifício. Da mesma forma, enfatizou as intervenções físicas no edifício em detrimento das novas necessidades do uso, transformando os dois andares superiores, terceiro e quarto pavimentos, com demolições de todas as paredes, para dar lugar ao conceito de "escritório de paisagem", em função do layout do palácio do governo. Apresentou a equipe da SÉOP responsável pelo projeto de reforma e recuperação do Palácio Iguazu. O arquiteto Edson Klotz fez uso da palavra para rapidamente explicar o que se propôs para adequar o edifício às necessidades atuais e, sem material visual, apenas dos projetos em cópias dobradas, disse que os trabalhos tiveram início em 2007, com a desativação do prédio e com a instalação do escritório para o desenvolvimento do projeto, no próprio edifício. Foi então iniciado o levantamento físico do bem, foram realizadas entrevistas e paralelamente desenvolveu-se o programa de necessidades para balizar a intervenção e foi então desenvolvido o anteprojeto. Com base no conceito do projeto original de David Azambuja, segundo Klotz, foram mantidas as áreas dos gabinetes, houve a atualização e melhoria de itens relativos à segurança, atualização de layout das áreas de expediente. Foi lançado o edital para o desenvolvimento dos projetos executivos. Com os projetos de engenharia prontos, passou-se à licitação da obra propriamente dita. Ressaltou a particular atenção feita aos acabamentos de mármore das colunas, dos pisos e escadas. O secretário salientou que entre os anos de 2007 e 2009 foi o tempo de desenvolvimento de projetos, digo, de projeto; que o primeiro passo dado foi a contratação de empresa para desenvolver o laudo estrutural; que se levou mais de um ano para realizar o levantamento e o diagnóstico. Que na parte frontal, as esquadrias possuíam muitas infiltrações, que a estrutura original, estava muito comprometida, que havia mistura de materiais e que os vidros que

eram utilizados eram de 6mm de espessura. Informou ainda que o processo encontra-se na Prefeitura Municipal de Curitiba para análise e aprovação para obtenção de alvará. Na sequência a Sra. Secretária Vera Mussi abriu a palavra aos conselheiros. La Pastina manifestou-se dizendo que os procedimentos que estão sendo tomados pela SEOP são obrigatórios e devem ser feitos com rigor. Argumentou a importância do edifício e do Centro Cívico como a primeira manifestação da arquitetura contemporânea no Paraná e a relevância no fato de ter sido proposto no início dos anos 1940, no plano diretor de Curitiba, o conhecido Plano Agache. Enfatizou que o Estado do Paraná dava o exemplo construindo prédios de qualidade como a Biblioteca Pública, o Colégio Estadual, o Teatro Guaíra, entre outros. Que o Centro Cívico é referência na arquitetura brasileira e na história paranaense, tendo em vista ter sido projetado e construído para as comemorações do centenário da Emancipação Política do Paraná, em 1953. Assim posto, argumentou que uma intervenção em edifício desta importância deve ser realizada com base em critérios muito bem definidos de modo a recuperar os seus valores originais. São aceitas as contribuições e adaptações contemporâneas. Demonstrou sua preocupação com a pouca informação que chegou ao CEPHA e que ele teve, até hoje, como única informação, uma fotografia de uma maquete, em jornal. Considerou ainda a necessidade da condução das obras em edifícios de valor cultural, ser de responsabilidade de arquiteto, segundo normativa do CONFEA. Solicitou mais material visual para ser analisado. Perguntou sobre a substituição das esquadrias e vidros, por nova estrutura, a chamada "star wall". O conselheiro Lordeni perguntou se o projeto já foi objeto de análise por parte da CPC, se existe processo de tombamento e se já há alvará para a obra. A arquiteta Rosina Parthen informou que foi aberto, na CPC, o

processo de tombamento do conjunto do Centro Cívico. O Conselhoheiro Marés interveio dizendo que para prédios públicos não há processo de tombamento. Afirmou que "rigorosamente o Palácio Iguazu não é tombado". Lordoni sugeriu que haja um trabalho conjunto com os técnicos da CPC para encaminhar o assunto. O Secretário Júlio disse que a única alteração ao edifício é a construção de uma caixa de escada externa para atender às questões de segurança, mais especificamente as exigências dos bombeiros. Que os "ambientes históricos" serão rigorosamente mantidos, como as colunas e os pisos de mármore. Que a fachada terá vidros esverdeados. Que os perfis originais das esquadrias frontais já foram muito alterados e que receberam muitos esforços, digamos, reforços, não havendo condição de manutenção. Que trouxe para apresentar ao CEPHA duas propostas de fachada, sendo uma no sistema star wall, que tem garras que seguram os vidros por trás, sem mostrar a estrutura e a outra que faz a representação dos perfis metálicos sem, no entanto, dar-lhes a função de estrutura. Propôs a discussão porque tem a preocupação com o que será visto da rua, na frente do edifício. O Conselhoheiro Lordoni disse esperar que o CEPHA fosse ver um projeto que já seria do conhecimento da CPC. A Conselhoheira Teresa Urban manifestou-se dizendo que o edifício do Palácio Iguazu é de toda a comunidade e que representa um sentimento de coletividade. Que o tombamento é uma decorrência inescusável desde que não haja alteração do original. Entende que o CEPHA deva se manifestar quanto a isto e muito rápido. O Conselhoheiro Salamuni disse que houve apresentação da proposta de reforma do Palácio Iguazu na Escola de Governo, com a coloração esverdeada nos vidros e que foi explicado que isto estava sendo feito com base no projeto original e que não foi executado na época por falta de recursos, tendo em vista que o vidro deveria ser importado. A Conselhoheira Teresa perguntou sobre como

fica a Memória Real, diante desta explicação do Conselheiro Salamuni. O Secretário voltou a informar que tudo que é relevante está sendo rigorosamente mantido. A Conselheira Teresa Urban sugeriu que se crie uma comissão para em regime de urgência esclarecer aos leigos o que é alterado no ambiente do Palácio Iguazu, por dentro e por fora e que esta mesma comissão poderá redigir o comunicado do tombamento. O Conselheiro Rogério Tonetti sugeriu uma visita dos Conselheiros ao local das obras. A Senhora Secretária da Cultura propôs que para a próxima semana se realize uma reunião extraordinária para definir em caráter de urgência a melhor opção para a fachada. O Conselheiro João Batista disse que entende que este Conselho deva pronunciar-se por princípio pelo que for mais próximo ao existente, pois se trata no seu entender de uma restauração e não de uma reforma. A Conselheira Teresa pediu para registrar em ata que lamenta que somente agora, em caráter de urgência o CEPHA tome conhecimento do projeto de reforma do palácio, sendo que entidades não governamentais como o Docomomo foi chamado a ver e opinar na proposta há dois anos. Que está se sentindo pressionada a decidir com base em pouca informação. O Conselheiro João Casillo disse que se o Centro Lívico estivesse tombado, isto não estaria acontecendo e que deverá ser procedido, digo, procedido ao tombamento do conjunto. A Secretária da Cultura pediu então ao Secretário Júlio que realize o levantamento fotográfico, das esquadrias originais, que estão sendo demolidas, para a próxima reunião. Solicitou também que o material a ser apresentado esteja em meio digital e apresente as duas propostas. Marcou-se a reunião extraordinária para a próxima terça-feira, dia 06 de abril, às 14:00 h no mesmo local para a definição da fachada envidraçada que será executada. Nada mais havendo a constar, a Senhora Secretária de

Estado da Cultura e Presidente do CEPHA deu por encerrada a reunião e eu, Rosina Leli Aliche Parchen, Secretária Executiva deste Conselho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os conselheiros presentes à próxima reunião.

  
Vera Mussi Augusto

### Ata da Reunião Extraordinária do CEPHA, realizada em 06/04/2010.

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, às 14:00 horas, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em reunião extraordinária, na sala de reuniões do pavimento térreo da SEEC, situada à Rua Emano Pereira, 240. Presentes à reunião a Sra. Secretária de Estado da Cultura e Presidente deste Conselho, Vera Maria Haj Mussi Augusto e os seguintes conselheiros: José da Pastina Filho, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Paulo Sidnei Ferraz, Eduardo Dalamuni, Tereza Urban, Rogério Tenetti, Sérgio Luiz Cordoni e João Batista Campos. Os demais conselheiros não compareceram, exceto a conselheira Ana Cláudia Graf, que chegou ao término da reunião, por haver se equivocado com o horário. Foram convidados a participar da reunião os representantes da Secretaria de Estado de Obras, o Senhor Secretário de Obras, engenheiro Júlio Cesar de Souza Araújo Filho, o arquiteto Edson Klotz, a arquiteta Heila Levandoski e o engenheiro civil Zenon Silva Neto e o arquiteto da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Edney Ubirajara Fraga. A Secretária de Estado da Cultura, Vera Maria Haj Mussi Augusto, deu início à reunião, passando a palavra ao Secretário de Obras que apresentou imagens